

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

INTERESSADO: DJU

ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO EM PARECER JURÍDICO NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Prezado Diretor Presidente,

Considerando a necessidade contínua de aprimoramento dos colaboradores envolvidos nas contratações desta empresa pública, ante a complexidade da matéria e constante necessidade de atualização acerca das normas e entendimentos jurisprudenciais aplicáveis às licitações e contratos, solicitamos autorização para contratação de 01 (uma) vaga para participação em capacitação em parecer jurídico promovida pela PREMIER TREINAMENTOS para a seguinte colaboradora:

COLABORADORA	MATRÍCULA	SETOR
VITÓRIA MASS SPISILA	9892	DJU

O art. 30. II, "f", §1º da lei 13.303/2016 dispõe, *in verbis*:

*Art. 30. A contratação direta será feita quando houver **inviabilidade de competição**, em especial na hipótese de:*

(...)

*II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, **com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;*
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;***
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.*
- (...)*

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

(...)

§ 3º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - justificativa do preço.

De acordo com o artigo supra colacionado, quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, que é uma exceção, deve-se ter como fundamento a ausência de competição entre os possíveis fornecedores de bens e serviços de que necessita o contratante. Logo, adotando-se tal

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

procedimento, este deverá estar sempre devidamente fundamentado, especialmente quanto a justificativa da escolha do fornecedor e a justificativa do preço da contratação.

No caso em tela, o que se pretende é a participação de colaboradora da APPA no curso “ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO, ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS” realizado pela Premier Treinamentos, conforme demais especificações e elementos contidos no termo de referência, **amoldando-se na hipótese legal descrita acima, eis que se trata de curso de capacitação ministrado por instituição notoriamente especializada**, sendo oportuno destacar ainda que a formatação de um curso depende de aspectos impassíveis de comparação, tais como o conteúdo, a data de realização, a metodologia empregada, os recursos didáticos, a capacidade dos professores, entre outros.

Conforme devidamente justificado no termo de referência, o objetivo ao proporcionar a participação da colaboradora na referida capacitação é viabilizar sua constante qualificação e aprimoramento, uma vez que a principal atividade desenvolvida pela advogada requerente é a elaboração de pareceres jurídicos.

Não obstante, a fim de atender ao disposto no art. 30, §3º, II da Lei 13.303/2016, convém destacar que a escolha da PREMIER TREINAMENTOS decorre do fato de sua notoriedade no meio acadêmico, uma vez que a organizadora capacitou milhares de servidores que exercem hoje em todo o país, suas atividades com qualidade e competência em diversos órgãos da Administração Pública e tornou-se especialista na formação e no treinamento de servidores da iniciativa pública e privada, abrangendo os mais diversos temas de interesse da administração.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

Cumpre destacar que o evento é de relevante singularidade, haja vista a envergadura da palestrante Renila Bragagnoli, devidamente qualificada no termo de referência anexo.

Ainda, em que pese a prescindibilidade da realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) **pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar**”. (Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

Compulsando o site da PREMIER TREINAMENTOS¹, verifica-se que o valor da inscrição para participação na capacitação é de **R\$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais)** por participante:

¹ <https://www.premiertreinamentos.com.br/treinamentos/elaboracao-do-parecer-juridico-aspectos-teoricos-e-pratica-em-licitacoes-e-contratos>
Acesso em 29 de outubro de 2024 às 10h.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

Investimento

R\$ 2.790,00 por participante

INSCREVA-SE

Materiais inclusos

Incluso: Apostila com conteúdo exclusivo do curso em seu e-mail e *Certificado com carga horária (Ambos no formato PDF).

- O curso será realizado em ambiente virtual ao vivo, por meio da plataforma de videoconferência **Zoom** e com interatividade em tempo real entre a turma e o professor. Considerando o formato do curso e com o objetivo de promover uma experiência interativa e proveitosa de aprendizagem, recomendamos:
- A utilização de fones de ouvido, microfone e webcam (deixando-a aberta durante o curso, opcionalmente);
- Boa conexão com a internet (de preferência por cabo) e navegador atualizado (Google Chrome, preferencialmente).
- **Certificado:** somente para o participante devidamente inscrito no curso.
- **Condições:** Poderá ser substituído o participante com até 48 h de antecedência. Esta inscrição não poderá ser cancelada ou compensada.

A Premier Treinamentos reserva-se ao direito de não realizar este evento por motivo operacional ou por falta de quórum, obrigando-se a comunicar tal fato aos inscritos

No entanto, a organizadora encaminhou proposta com condição exclusiva para a participação da colaboradora da APPA:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

ADMINISTRAÇÃO DE PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

A/C Sra. Vitória Spisila

DESCRIÇÃO DO ÍTEM

Participação de 01 (um) servidor no Curso Online “**ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO, ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS**” a ser realizado de 11 a 13 de novembro de 2024, pela plataforma ZOOM (100% ao vivo), com carga horária de 12 (doze) horas.

Modalidade: Online

Valor inicial

Online: R\$ 2.790,00 por participante

CONDIÇÃO EXCEPCIONAL APAA PARA A PARTICIPAÇÃO DE 01 SERVIDOR

R\$1.490,00 (Dois mil reais).

Dessa forma, o preço se encontra devidamente justificado e, inclusive, com condições vantajosas para esta Administração.

Por fim, compulsando o Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, verifica-se que o art. 80 dispõe sobre a forma de instrução, no que couber, dos processos de contratação direta. Com a finalidade de demonstrar o preenchimento dos requisitos e regularidade da contratação, elaborou-se a tabela abaixo colacionada:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

Art. 80 O processo de contratação direta será instruído, no que couber , com os seguintes elementos mínimos:	
I – estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;	Não se aplica, objeto não relacionado com obras, serviços ou compras de engenharia.
II – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;	Não se aplica, a contratação não se dá em caráter emergencial.
III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;	Justificativa da escolha do fornecedor constante na C.I. em tela e no termo de referência.
IV – justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta de preços de mercado;	Justificativa de preço constante na C.I. em tela.
V – declaração de disponibilidade orçamentária;	A disponibilidade orçamentária para a despesa pretendida será verificada pela DAF no momento oportuno.
VI – parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;	Os pareceres são posteriores à autorização da contratação pelo Diretor.
VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a	Não se aplica, eis que a contratação será por

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;	inexigibilidade, nos termos do art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016.
VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.	Documentos devidamente juntados ao protocolo.
IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes.	Termo de Referência anexo, constando todos os requisitos elencados neste inciso.
§1º Nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;	Justificativa de preço constante na C.I. em tela.
§2º Nos casos de contratação direta por dispensa de licitação a justificativa de preços deverá ocorrer por meio da juntada de 3 (três) propostas comerciais capazes de preencher	Não se aplica, eis que a contratação será por inexigibilidade, nos termos do

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

os requisitos necessários para a celebração da contratação pretendida;	art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016.
§3º Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação a prova da exclusividade do contratado poderá ser feita por atestados ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente pelo órgão de registro do comércio do local; por entidades sindicais; por associações de classe; pelo fabricante, na hipótese de representante exclusivo; por consultas realizadas com outras empresas dedicadas ao mesmo ramo de atividade econômica ou que atuem na mesma área de especialização; por especialistas ou centros de pesquisa; ou por outras pessoas idôneas.	Não se aplica, eis que a contratação será por inexigibilidade, nos termos do art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016.

Demonstrada a regularidade do procedimento, encaminhado para análise e aprovação do TR da contratação pelo Diretor Presidente e, em seguida, a fim de preencher todos os requisitos para regularidade da autorização da contratação direta pela Administração, sugerimos a seguinte tramitação:

- a.** Encaminhamento à DPR para aprovação do TR e autorização da fase interna do procedimento;
- b.** Encaminhamento à COLIC para análise e providências;
- c.** Encaminhamento à CSUPR para as diligências necessárias;
- d.** Encaminhamento à DAF para verificação de disponibilidade orçamentária;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

- e. Retorno do protocolo à DJU para análise e parecer jurídico acerca da regularidade da contratação direta por inexigibilidade de realização de certame licitatório;
- f. Encaminhamento à DPR para autorização da contratação pela DIREXE;
- g. Demais providências atinentes às contratações diretas;

Atenciosamente,

VITÓRIA MASS SPISILA
COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Assinado digitalmente

RODRIGO DI PIERO MENDES
GERENTE DA PROCURADORIA DO CONTENCIOSO
Assinado digitalmente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de 01 (uma) vaga para participação em curso sobre elaboração de parecer jurídico em licitações e contratos, promovido pela Premier Treinamentos, para a colaboradora VITÓRIA MASS SPISILA, matrícula 9892, coordenadora de licitações e contratos da Diretoria Jurídica da Portos do Paraná.

- O curso ocorrerá entre os dias 11 a 13 de novembro de 2024 em modalidade *online*.
- A carga horária da capacitação será de 12 (doze) horas.

2. ORÇAMENTO

O valor da inscrição para participação na capacitação é de **R\$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais)** por participante.

Para a contratação desta vaga, no entanto, conforme proposta comercial anexa, a Premier ofertou o valor de **R\$ 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais)**.

3. JUSTIFICATIVA E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O objetivo ao proporcionar a capacitação pretendida é viabilizar a constante qualificação e aprimoramento dos colaboradores envolvidos nas contratações realizadas por esta empresa pública, a fim de que os colaboradores participantes possam atuar com segurança e contribuir para a eficácia e manutenção das melhores práticas na condução dos processos de contratação.

Além disso, ao oferecer a devida capacitação aos funcionários tem-se melhorias de produtividade, uma vez que a partir dos treinamentos os colaboradores adquirem habilidades teóricas e técnicas imprescindíveis para sua atividade profissional.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Não obstante, convém destacar que a escolha da Premier Treinamentos decorre do fato de que a organizadora capacitou milhares de servidores que exercem hoje em todo o país, suas atividades com qualidade e competência em diversos órgãos da Administração Pública, e tornou-se especialista na formação e no treinamento de servidores da iniciativa pública e privada, abrangendo os mais diversos temas de interesse da administração.

Além disso, o curso disponibilizado pela Premier terá como docente a professora Renila Bragagnoli, advogada e secretária de integridade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), mestranda em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, especialista em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP/DF). Foi assessora na subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República (2021) e gerente da procuradoria jurídica da Empresa de Planejamento e Logística – EPL (2021-2022). Ainda, é coautora das obras "Compras públicas centralizadas no Brasil" (Ed. Fórum, 2021) e "Terceirização na Administração Pública: boas práticas e atualização à luz da Nova Lei de Licitações" (Ed. Fórum, 2022) e professora de cursos de pós-graduação em licitações e contratos e palestrante na área de contratações públicas.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do objeto será o estipulado pela contratada para a realização da capacitação.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, valores e prazos ajustados na proposta comercial encaminhada pela PREMIER TREINAMENTOS;
- Fornecer à CONTRATADA as informações e os elementos solicitados e que sejam necessários à consecução dos serviços ora contratados,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
responsabilizando-se pela tempestividade, autenticidade e correção;

- Expedir e entregar à CONTRATADA, se requerido, atestado de Capacidade Técnica que declare a prestação a contento dos serviços, suas características, prazo e outros elementos solicitados;
- Informar os colaboradores que realizarão o curso contratado, através de solicitação por escrito encaminhada à CONTRATADA, com os dados requeridos dos colaboradores.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Ministrar os cursos de acordo com as condições estipuladas neste Termo de Referência, em comum acordo entre as partes e de acordo com o conteúdo constante em folder promocional e proposta comercial;
- Fornecer os certificados para os participantes;
- Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, bem como, o cumprimento de todo conteúdo programático;
- Não transferir para outrem, no todo ou em parte, suas atribuições;
- Guardar sigilo em relação às informações adquiridas em decorrência das atividades.

7. PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de EB TRAINING CAPACITAÇÃO LTDA:

DADOS DA EMPRESA	DADOS BANCÁRIOS
EB TRAINING CAPACITAÇÃO LTDA Premier Treinamentos Rua XV de Novembro, 266 – Conjunto 76 – Ed. José Loureiro Centro - Curitiba/PR - CEP 80.020-310 CNPJ: 50.164.115/0001-90 Inscr. Estadual.: ISENTA Inscr. Municipal: 1.086.091-4	Itaú (341) Agência 3834 - C/C: 99190-7 Banco do Brasil (001) Agência 7644-9 - C/C: 431-6

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Caso a contratada não execute o objeto, sujeita-se às sanções previstas na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

Ministrado o curso pela organizadora e expedido o respectivo certificado de participação, será considerada cumprida a obrigação assumida pela contratada e recebido o objeto.

10. MATRIZ DE RISCOS

Considerando as peculiaridades do objeto e tendo em vista a irrelevância/inexistência de riscos da contratação pretendida, fica expressamente dispensada a elaboração da matriz de riscos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

APRESENTAÇÃO DA CAPACITAÇÃO



ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

11 a 13 de novembro



Curso Online



Mais **atualizado** do mercado



ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS



APRESENTAÇÃO

Para quem trabalha com consultivo, parecer é a forma mais usual pela qual externamos o posicionamento jurídico acerca da consulta encaminhada. Nem sempre a manifestação é simples. Na verdade, na maioria das vezes a análise é densa, com muitos documentos e instrumentos para analisar, mas há dicas rápidas e eficientes que servem para todos os casos em que for necessário a emissão de um parecer jurídico.

As recomendações são básicas e orientam na organização de ideias, primeiro e principal ponto para a elaboração de uma cota jurídica.



METODOLOGIA

O curso será online/ao vivo pela plataforma ZOOM. Nesse sentido, serão realizadas aulas expositivas, com utilização de apostila e outros materiais de apoio disponíveis para os participantes na modalidade presencial e também para download através de e-mail enviado com antecedência aos inscritos na modalidade online.

Para participar do curso o aluno deverá contar com um microcomputador, tablet ou aparelho celular, para que possa assistir ao vídeo online do professor e visualizar os slides da apresentação. Não é imprescindível, mas é desejável que o equipamento também disponha de uma câmera de vídeo e microfone, que permitirá ao aluno interagir com o palestrante por meio de perguntas verbais. Na falta do microfone, o participante do curso também poderá formular perguntas pelo chat da plataforma do curso (ZOOM).



PÚBLICO-ALVO

Servidores da Administração Pública direta e indireta que atuam na área de Licitações e Contratos Administrativos, Procuradores e Controladores, e demais servidores e profissionais que atuam em todas as fases do meta processo de contratação.



ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PROGRAMAÇÃO

Horário: 08h30 às 12h30 | 13h30 às 17h30

PARTE 01 – Requisitos e elementos do parecer jurídico e a atividade do parecerista

- 1- O que é assessoramento jurídico?
- 2- O que é consultoria jurídica?
- 3- Qual a diferença entre ato e fato administrativo?
- 4- Parecer jurídico é ato administrativo?
- 5- Quais os requisitos do ato administrativo?
- 6- Cabe anulação ou revogação do parecer jurídico?
- 7- A teoria das nulidades do ato administrativo se aplica ao parecer jurídico?
- 8- Quais são as manifestações jurídicas?
- 9- O que é o parecer?
- 10- Qual a natureza jurídica do parecer?
- 11- Quais as espécies de parecer jurídico?
- 12- O que é um parecer normativo?
- 13- Quais são os efeitos que o parecer gera para o gestor público?
- 14- O que significa ser o parecer facultativo?
- 15- O que significa ser o parecer obrigatório?
- 16- O que significa ser o parecer vinculante?
- 17- Há uma forma válida para elaborar um parecer?
- 18- O que o parecerista precisa para fazer um parecer?
- 19- Quais são os elementos do parecer?
- 20- Qual o teor da ementa?
- 21- Qual o teor do relatório?
- 22- Qual o teor da fundamentação?
- 23- Cabe motivação genérica ou específica?
- 24- Qual o teor da conclusão?
- 25- É cabível decisão na conclusão?
- 26- Quais os cuidados na redação atinentes à linguagem utilizada no parecer?
- 27- Como citar doutrina?
- 28- Como citar jurisprudência?
- 29- Há responsabilidade do parecerista?
- 30- O que significa colocar o órgão de assessoramento jurídico como segunda linha de defesa?



ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PROGRAMAÇÃO

Horário: 08h30 às 12h30 | 13h30 às 17h30

PARTE 02 – Questões práticas sobre o parecer jurídico

- 31- Devo me ater apenas o despacho de encaminhamento?
- 32- O que constar no cabeçalho?
- 33- Como delimitar o objeto da consulta?
- 34- Quando usar parecer, nota ou despacho?
- 35- Qual o conteúdo da Cota?
- 36- Qual o binômio da análise consultiva?
- 37- O visto/assinatura nos documentos substitui o parecer jurídico?
- 38- Qual o prazo para emitir o parecer jurídico?
- 39- O parecerista pode fazer diligências?
- 40- A consulta apresenta mais de uma solução jurídica. E agora?
- 41- Eu não concordo com o objeto da consulta, como proceder?
- 42- Preciso me manifestar sobre mérito não jurídico?
- 43- Fiz parecer condicionante, devo conferir depois?
- 44- O entendimento da assessoria jurídica já é pacificado, mas eu tenho posição jurídica distinta, o que fazer?
- 45- O titular do órgão consultivo discorda da minha manifestação. Como proceder?
- 46- Quais cuidados formais incidentais devemos observar na elaboração de Pareceres?
- 47- O parecer jurídico deve observar as normas da ABNT?
- 48- O parecer jurídico deve observar a LGPD?
- 49- Quem é o parecerista?
- 50- Quais as prerrogativas do parecerista?

PARTE 03 - Questões práticas-jurídicas sobre o parecer jurídico em licitações e contratos e check-list para análise de edital

- 51- É dever do parecerista analisar o ETP?
- 52- Há implicações jurídicas na análise do TR?
- 53- Como analisar juridicamente a pesquisa de preços?
- 54- Quais os limites jurídicos da qualificação técnica?
- 55- Tem a exigência de apresentação de amostra, e agora?



ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PROGRAMAÇÃO

Horário: 08h30 às 12h30 | 13h30 às 17h30

- 56- Há cuidados especiais na visita técnica/vistoria?
- 57- Item x lote x grupo = devo me manifestar?
- 58- Visita técnica: o que observar?
- 59- Consórcio: há peculiaridades?
- 60- A subcontratação devem ser objeto de análise jurídica?
- 61- A quem compete o enquadramento de bem/serviço comum para fins de pregão?
- 62- Devo observar as justificativas para adoção do SRP?
- 63- O jurídico e o carona no SRP, como analisar?
- 64- Ata x contrato: quais as semelhanças e diferenças?
- 65- Quais os requisitos jurídicos da dispensa em razão do valor?
- 66- O que caba analisar na dispensa emergencial?
- 67- A inexigibilidade de licitação: o parecer é meramente formal?
- 68- Como orientar o fiscal do contrato?
- 69- Como observar os limites dos termos aditivos de valor?
- 70- É possível o limite do aditivo ultrapassar 25%?
- 71- Quais os requisitos do reajustamento, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro?
- 72- Quando usar termo aditivo e apostilamento?
- 73- Quais os requisitos da instrução processual para alteração do contrato?
- 74- É papel do jurídico adentrar na dosimetria da sanção?
- 75- Qual o papel do jurídico no procedimento sancionador?



12 horas de
capacitação **com**
certificação



Material de apoio
exclusivo e **conteúdo**
específico



Os **melhores**
especialistas da
área no Brasil



ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS



INVESTIMENTO

R\$ 2.790,00 por participante

Incluso: 04 Coffee-breaks, Material de Apoio, Apostila com conteúdo exclusivo do evento e Certificado

O curso será realizado em **ambiente virtual ao vivo**, por meio da plataforma de videoconferência *Zoom* e com interatividade em tempo real entre a turma e o professor. Considerando o formato do curso e com o objetivo de promover uma experiência interativa e proveitosa de aprendizagem, recomendamos:

- A utilização de fones de ouvido, microfone e webcam (deixando-a aberta durante o curso, opcionalmente);
- Boa conexão com a internet (de preferência por cabo) e navegador atualizado (Google Chrome, preferencialmente).
- Certificado: somente para o participante devidamente inscrito no curso.
- Condições: Poderá ser substituído o participante com até 48 h de antecedência. Esta inscrição não poderá ser cancelada ou compensada.



PALESTRANTE



RENILA BRAGAGNOLI

Advogada e Secretária de Integridade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Mestranda em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP/DF). Foi Assessora na Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República (2021) e Gerente da Procuradoria Jurídica da Empresa de Planejamento e Logística - EPL (2021-2022). Coautora das obras "Compras públicas centralizadas no Brasil" (Ed. Fórum, 2021) e "Terceirização na Administração Pública: boas práticas e atualização à luz da Nova Lei de Licitações" (Ed. Fórum, 2022). Professora de cursos de Pós-Graduação em Licitações e Contratos e palestrante na área de contratações públicas.



* A Premier Treinamentos reserva-se ao direito de não realizar este evento por motivo operacional ou por falta de quórum, obrigando-se a comunicar tal fato aos inscritos



ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS



PAGAMENTOS

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado, em parcela única, em qualquer um dos seguintes bancos credenciados:



Banco Itaú: **(341)**
Agência: **3834**
Conta Corrente: **99190-7**



Banco do Brasil: **(001)**
Agência: **7644-9**
Conta Corrente: **431-6**



DADOS DA EMPRESA

Nome da Fantasia: PREMIER TREINAMENTOS

Razão Social: EB TRAINING CAPACITAÇÃO LTDA

Rua XV de Novembro, 266 – Conjunto 76 – Ed. José
Loureiro Centro - Curitiba/PR - CEP 80.020-310

CNPJ: 50.164.115/0001-90

Inscr. Estadual.: ISENTA | Inscr. Municipal: 1.086.091-4



SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E CERTIDÕES

E-mail: contato@premier treinamentos.com.br

FONE: (41) 3345-9105 (41) 98829-7746



CONTATO / ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Telefone: (41) 3345 9105 | **Whatsapp:** (41) 98840-6399

contato@premier treinamentos.com.br

Av. República Argentina, 2534 – 1º andar Portão | Curitiba | PR CEP 80.610-260



**ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO:
ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM
LICITAÇÕES E CONTRATOS**



www.premiertreinamentos.com.br



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

PROPOSTA COMERCIAL

ADMINISTRAÇÃO DE PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
A/C Sra. Vitória Spisila

DESCRIÇÃO DO ÍTEM
Participação de 01 (um) servidor no Curso Online “ ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO, ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ” a ser realizado de 11 a 13 de novembro de 2024, pela plataforma ZOOM (100% ao vivo), com carga horária de 12 (doze) horas. Modalidade: Online
<p style="text-align: center;">Valor inicial Online: R\$ 2.790,00 por participante</p> <p style="text-align: center;">CONDIÇÃO EXCEPCIONAL APAA PARA A PARTICIPAÇÃO DE 01 SERVIDOR R\$1.490,00 (Dois mil reais).</p>

Dados da Empresa para cadastro e confecção do empenho para contratação deste treinamento

DADOS DA EMPRESA	DADOS BANCÁRIOS
EB TRAINING CAPACITAÇÃO LTDA Premier Treinamentos Rua XV de Novembro, 266 – Conjunto 76 – Ed. José Loureiro Centro - Curitiba/PR - CEP 80.020-310 CNPJ: 50.164.115/0001-90 Inscr. Estadual.: ISENTA Inscr. Municipal: 1.086.091-4	Itaú (341) Agência 3834 - C/C: 99190-7 Banco do Brasil (001) Agência 7644-9 - C/C: 431-6

***Proposta válida até o dia 04 de novembro de 2024.**

A Premier Treinamentos, se coloca a disposição para eventuais dúvidas.

Curitiba, 29 de outubro de 2024.

Angelica Darif
Consultora de Negócios
(41) 3345 9105 ou (41) 9 8870 6949
angelica@premiertreinamentos.com.br www.premiertreinamentos.com.br

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA JURÍDICA

DOCUMENTAÇÃO DA ORGANIZADORA

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

EB TRAINING CAPACITACAO LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

MARIA FRANCISCA FAGUNDES, BRASILEIRA, DIVORCIADO(A), EMPRESÁRIA, nascido(a) em 30/05/1956, nº do CPF 876.043.299-34, residente e domiciliada na cidade de Curitiba - PR, na RUA José Marcassa, nº 334, Xaxim, CEP: 81810-560;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade adotará como nome empresarial: **EB TRAINING CAPACITACAO LTDA**.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)

A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA XV DE NOVENBRO, nº 266, CONJ 76; COND JOSE LOUREIRO ED, CENTRO, Curitiba - PR, CEP: 80020310.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CNAE Nº 8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)

A sociedade iniciará suas atividades em 27/03/2023 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)

O capital será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em moeda corrente no País

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome do Sócio	Qtd Quotas	Valor Em R\$	%
MARIA FRANCISCA FAGUNDES	30000	30.000,00	100,00
TOTAL:	30000	30.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **MARIA FRANCISCA FAGUNDES** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)

Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1º CC e art. 37, II da Lei nº 8.934 de 1994)

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

EB TRAINING CAPACITACAO LTDA

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE

O sócio poderá, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL

O sócio declara que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CLÁUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba - PR, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Curitiba - PR, 27 de março de 2023

MARIA FRANCISCA FAGUNDES
Sócio/Administrador



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EB TRAINING CAPACITACAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
87604329934	MARIA FRANCISCA FAGUNDES



CERTIFICO O REGISTRO EM 31/03/2023 14:42 SOB N° 41211511840.
PROTOCOLO: 232139903 DE 31/03/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12304410220. CNPJ DA SEDE: 50164115000190.
NIRE: 41211511840. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 27/03/2023.
EB TRAINING CAPACITACAO LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
empresafacil.pr.gov.br

RG: 1.520.577-6



POLEGAR DIREITO



Maria Francisca Figueiredo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 1.520.577-6

DATA DE EXPEDIÇÃO: 24/04/2015

NOME: **MARIA FRANCISCA FAGUNDES**

FILIAÇÃO: OTACILIO FAGUNDES

JACIRA PEREIRA DE CAMPOS

NATURALIDADE: CAMPOS NOVOS/SC

DATA DE NASCIMENTO: 30/05/1956

DOC. ORIGEM: COMARCA=S JOSE PINHAIS/PR, COLONIA MURICI
C.CAS.AV.DIV=233, LIVRO=1B, FOLHA=233

CURITIBA/PR

FALCINAR DE ALMEIDA GARRETT

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

Nº 7.116 DE 29/08/83

SELO
NARPEN

Lei 13.228 de 18/07/2001

SELO
PUNARPEN

TABELIONA

NOTAS

FTB0412

100

7 MAY 2016



Ministério da Fazenda

Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número

876.043.299-34

Nome

MARIA FRANCISCA FAGUNDES

Nascimento

30/05/1956

CÓDIGO DE CONTROLE

FF16.1766.B7AF.6AB2



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 14:27:07 do dia 10/11/2023 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 11.464.812
CNPJ: 50.164.115/0001-90
Nome: EB TRAINING CAPACITACAO LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 19:23 do dia 24/07/2024.

Código de autenticidade da certidão: BF441F65C67A486A4B629E9A23B8E62D17

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 22/10/2024 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EB TRAINING CAPACITACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 50.164.115/0001-90

Certidão nº: 31887153/2024

Expedição: 08/05/2024, às 08:26:50

Validade: 04/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EB TRAINING CAPACITACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **50.164.115/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EB TRAINING CAPACITACAO LTDA
CNPJ: 50.164.115/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:45:00 do dia 02/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/03/2025.

Código de controle da certidão: **B82C.90B7.8FC8.DA21**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 50.164.115/0001-90
Razão Social: EB TRAINING CAPACITACAO LTDA
Endereço: R XV DE NOVENBRO 266 CONJ 76 COND JOSE L / CENTRO / CURITIBA / PR / 80020-310

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/09/2024 a 25/10/2024

Certificação Número: 2024092608436066928375

Informação obtida em 27/09/2024 14:55:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034056881-34

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **50.164.115/0001-90**

Nome: **EB TRAINING CAPACITACAO LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 13/11/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br